

A Educação no Âmbito do Político e de suas Tramas 6

Marcelo Máximo Purificação
Elisângela Maura Catarino
Éverton Nery Carneiro
(Organizadores)



Atena
Editora

Ano 2020

A Educação no Âmbito do Político e de suas Tramas 6

Marcelo Máximo Purificação
Elisângela Maura Catarino
Éverton Nery Carneiro
(Organizadores)



Atena
Editora

Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof^a Dr^a Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof^a Dr^a Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Prof^a Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernando da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Prof^a Dr^a Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^a Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^a Dr^a Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof^a Dr^a Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof^a Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
 Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
 Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E24	<p>A educação no âmbito do político e de suas tramas 6 [Recurso eletrônico] / Organizadores Marcelo Máximo Purificação, Elisângela Maura Catarino, Éverton Nery Carneiro. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-050-6 DOI 10.22533/at.ed.506201805</p> <p>1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Políticas públicas. I. Purificação, Marcelo Máximo. II. Catarino, Elisângela Maura. III. Carneiro, Éverton Nery.</p> <p style="text-align: right;">CDD 379.81</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Caríssimos leitores, o e-book “A Educação no Âmbito do Político e de suas Tramas 6”, contém histórias, relatos de experiências e de investigações desenvolvidas em vários contextos de formação científica. A diversidade de autores e de suas áreas de atuação colaboraram para a construção de um processo plural e múltiplo de pensar. Organizado em dois eixos temáticos, traz discussões que perpassam pelos pressupostos teórico-metodológicos, dando visibilidade a estudos e resultados de práticas, nas seguintes dimensões: (i) Educação entre as políticas e confabulações sociais – uma seção composta por 11 artigos que endossam a reflexão sobre políticas públicas e políticas educacionais, a partir dos seguintes liames – Interdisciplinaridade no meio acadêmico; Metodologias ativas na formação continuada de docentes; O cuidar e o educar na Educação Infantil; O estudante surdo/aproximações iniciais; Política educacional; Programa escola do amanhã x IDEB; Perfil políticos de estudantes de jornalismo do Centro-oeste do Brasil; Políticas Educacionais-breves reflexões; Políticas públicas-FUNDEB; PMBA x Escola-cidadania; Ensino religioso na rede pública municipal-Vila Velha ES. (ii) A proeminência da educação em contextos sociais - nessa seção a educação em diálogo com as tramas sociais se materializa nos discursos que trazem marcas e identificação da complexidade do cotidiano brasileiro; por esses discursos perpassam as seguintes ideias - Interações entre Universidade e Escola; Metodologias Participativas; Pedagogo e concursos públicos; Ser professor na/para Educação Inclusiva; Serviço social/profissionais híbridos; Atuação docente; As interações sociais para a prevenção e combate ao bullying; Potencial de fitorremediação; Saúde pública/Educação Ambiental; Residência Pedagógica; Escola sem partido.

Portanto, este é um e-book que abrange e diversifica discussões no tripé – Educação-Política-Trama Social, organizado em 24 textos que poderão colaborar para a formação de estudantes, desenvolvimento profissional de professores que dialogam e/ou têm pretensão de aprofundarem-se sobre as temáticas discutidas.

Marcelo Máximo Purificação
Filomena Teixeira
Cláudia Denis Alves da Paz

SUMÁRIO

EDUCAÇÃO ENTRE AS POLÍTICAS E AS CONFABULAÇÕES SOCIAIS

CAPÍTULO 1	1
INTERDISCIPLINARIDADE NO MEIO ACADEMICO: UM CIRCUITO DE AÇÕES EDUCATIVAS NOS MUSEUS DA UFU	
Amanda Patricia Tagliaro Humberto Torres Gonzales	
DOI 10.22533/at.ed.5062018051	
CAPÍTULO 2	9
METODOLOGIAS ATIVAS NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE DOCENTES PARA A MODALIDADE A DISTÂNCIA	
Aline Pinto Amorim Cherini Dulcileia Marchesi Costa	
DOI 10.22533/at.ed.5062018052	
CAPÍTULO 3	23
O CUIDAR E O EDUCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Karin Débora Rodrigues Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.5062018053	
CAPÍTULO 4	32
O ESTUDANTE SURDO E A RECEPÇÃO FILOSÓFICA NO ENSINO MÉDIO: APROXIMAÇÕES INICIAIS	
Edson Teixeira de Rezende Geraldo Balduino Horn Sueli Fatima Fernandes	
DOI 10.22533/at.ed.5062018054	
CAPÍTULO 5	47
O PAR COMO MECANISMO DE POLÍTICA PÚBLICA NA LITERATURA DA POLÍTICA EDUCACIONAL	
Jacqueline Nunes Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.5062018055	
CAPÍTULO 6	59
O PROGRAMA ESCOLAS DO AMANHÃ: ORIGENS, IMPLANTAÇÃO E OS RESULTADOS NO IDEB	
Luiza Alves de Oliveira Jairo Campos dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.5062018056	
CAPÍTULO 7	76
PERFIL POLÍTICO DE ESTUDANTES DE JORNALISMO – UMA ANÁLISE DE TRÊS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DA REGIÃO CENTRO-OESTE	
Antonia Alves Pereira Rosana Alves de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.5062018057	

CAPÍTULO 8 91

POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA: BREVES REFLEXÕES

[Welton Rodrigues de Souza](#)

DOI 10.22533/at.ed.5062018058

CAPÍTULO 9 100

POLÍTICAS PÚBLICAS IMPLEMENTADAS NA EDUCAÇÃO NO BRASIL: UM OLHAR SOBRE O FUNDEB

[Vanessa de Aguiar Oliveira Laja](#)

[Elisabeth dos Santos Tavares](#)

[Michel da Costa](#)

DOI 10.22533/at.ed.5062018059

CAPÍTULO 10 111

PROJETO UM CAMINHAR PARA A CIDADANIA: DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA RELAÇÃO PMBA E ESCOLA

[Luciano Araújo Lima](#)

[Aline Maria da Conceição de Jesus](#)

DOI 10.22533/at.ed.50620180510

CAPÍTULO 11 113

RELIGIÃO NA ESFERA PÚBLICA: QUESTÕES PEDAGÓGICAS, TÉCNICAS E SOCIOCULTURAIS DO ENSINO RELIGIOSO NO MUNICÍPIO DE VILA VELHA

[Alexandre Camelo Tavares](#)

[Ivani Coelho Andrade](#)

DOI 10.22533/at.ed.50620180511

A PROEMINÊNCIA DA EDUCAÇÃO EM CONTEXTOS SOCIAIS

CAPÍTULO 12 120

INTERAÇÕES ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA: PROPOSTAS PARA PENSAR A FORMAÇÃO DE PROFESSORES INOVADORES

[Camila de Barros Rodenbusch](#)

[Fernanda Fátima Cofferi](#)

[Sheila Caroline Saviczki](#)

[Bettina Steren dos Santos](#)

[Lorena Machado do Nascimento](#)

DOI 10.22533/at.ed.50620180512

CAPÍTULO 13 131

METODOLOGIAS PEDAGÓGICAS PARTICIPATIVAS: AVALIANDO À APRENDIZAGEM

[Marta Fuentes-Rojas](#)

[Priscilla Perla Tartarotti Von Zuben Campos](#)

DOI 10.22533/at.ed.50620180513

CAPÍTULO 14 143

O LUGAR DO PEDAGOGO NÃO ESCOLAR NOS EDITAIS (2010-2019) DE CONCURSOS PÚBLICOS NO DISTRITO FEDERAL

[Francisco Thiago Silva](#)

[Danilo Nogueira de Souza Pugas](#)

[Edna Mara Correa Miranda](#)

DOI 10.22533/at.ed.50620180514

CAPÍTULO 15 159

O PENSAR, O SENTIR E O AGIR DOCENTE NA TRANSFORMAÇÃO DO SER PROFESSOR PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Marcia Raika e Silva Lima

DOI 10.22533/at.ed.50620180515

CAPÍTULO 16 169

O SERVIÇO SOCIAL E A DIMENSÃO DA LINGUAGEM: “NOVOS DESAFIOS PROFISSIONAIS NO ENSINO HÍBRIDO”

Geni Emília de Souza

Elisangela Pereira de Queiros Mazuelos

Anderson Barros da Silva

Kelly Cristina Coutinho

DOI 10.22533/at.ed.50620180516

CAPÍTULO 17 184

OS DESAFIOS PARA A ATUAÇÃO DOCENTE NA OFERTA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA PARA O ENSINO MÉDIO

Sandra Papadopulos

DOI 10.22533/at.ed.50620180517

CAPÍTULO 18 188

IMPORTÂNCIA DA GESTÃO ESCOLAR NO INCENTIVO AS INTERAÇÕES SOCIAIS PARA A PREVENÇÃO E COMBATE AO *BULLYING*

Oliria Maria Palitot da Costa Pessoa

Fábio Ricardo Martins Pessoa

Luana Palitot da Costa Pessoa

José Willames Pereira da Costa Filho

Maria Dilma Costa de Sousa

Lucas Costa Batista

DOI 10.22533/at.ed.50620180518

CAPÍTULO 19 201

POTENCIAL DE FITORREMEDIAÇÃO DO AZEVÉM E CORNICHÃO EM SOLOS CONTAMINADOS COM IMAZAPIR + IMAZAPIQUE

Beatriz Wardzinski Barbosa

Kellyn Klein

Mirla Andrade Weber

DOI 10.22533/at.ed.50620180519

CAPÍTULO 20 209

QUALIDADE EM SAÚDE PÚBLICA ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE SOBRAL-CE

Leidy Dayane Paiva de Abreu

Francisco Bruno Monte Gomes

Lívia Alves de Souza

Erandir Cruz Martins

Francisca Emanuela Paiva de Abreu

Petronio Silva de Oliveira

Maria Magnólia Batista Florêncio

José Laécio de Moraes

Francisco Evanildo Simão da Silva

DOI 10.22533/at.ed.50620180520

CAPÍTULO 21	221
RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA: REFLEXÕES ACERCA DA ESTRUTURA DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO E DA PRÁTICA DOCENTE NO PROCESSO EDUCACIONAL	
<p> Marciele Gomes Rodrigues Thalita Brenda dos Santos Vieira Letícia de Andrade Ferreira Raiane de Brito Sousa Rayane Erika Galeno Oliveira Marcos Jadiel Alves </p>	
DOI 10.22533/at.ed.50620180521	
CAPÍTULO 22	232
TEORIA DA AÇÃO COMUNICATIVA VERSUS “ESCOLA SEM PARTIDO”: EDUCAR PARA ÉTICA E CIDADANIA COMO ALTERNATIVA AO ESAZIAMENTO DA ESFERA PÚBLICA	
<p> Rafael Britto de Souza Claudia Teixeira Gadelha Isabella Nunes de Albuquerque Vicente Thiago Freire Brazil Alison Peterson Alves de Matos Francisco Edineudo Sousa Ferreira Rodrigo Raimar Andrade Leite </p>	
DOI 10.22533/at.ed.50620180522	
CAPÍTULO 23	241
UMA REFLEXÃO SOBRE A AUTODECLARAÇÃO DA SEXUALIDADE A PARTIR DA VISÃO DE FUTUROS PROFESSORES	
<p> Joseanne Aparecida Maramaldo Levi José Gregório Viegas Brás </p>	
DOI 10.22533/at.ed.50620180523	
CAPÍTULO 24	250
EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS	
<p> Marcelo Máximo Purificação Nélia Maria Pontes Amado </p>	
DOI 10.22533/at.ed.50620180524	
SOBRE OS ORGANIZADORES.....	259
ÍNDICE REMISSIVO	260

O PAR COMO MECANISMO DE POLÍTICA PÚBLICA NA LITERATURA DA POLÍTICA EDUCACIONAL

Data de aceite: 11/05/2020

Data de submissão: 05/02/2020

Jacqueline Nunes Araújo

Universidade Estadual de Feira de Santana-
UEFS.

Departamento de Educação-DEDU

Feira de Santana – Bahia

<http://lattes.cnpq.br/0281663893236517>

RESUMO: Este trabalho faz parte de uma pesquisa sobre as relações intergovernamentais por meio dos programas vinculados ao Plano de Ações Articuladas-PAR. Necessário compreender a discussão conceitual em torno do PAR, este foi considerado por Azevedo (2012), Santana (2011) e Camini (2009) como mecanismo de planejamento estratégico para fazer com que as diretrizes do Plano de Metas fossem cumpridas no âmbito dos governos subnacionais. Souza (2012), Santana (2011), Souza (2012), Grinkraut (2012), Costa (2014), Batista (2012), afirmam ser o PAR mais do que um conjunto de ações para a educação básica, aquele tem as feições de um planejamento estratégico de apoio aos gestores municipais da educação no país. O uso de termos diferenciados,

como plano, instrumento, mecanismo, para referir-se ao PAR na literatura de política educacional, não desconsidera sua função de articulação de relações intergovernamentais e reitera o discurso divulgado a partir do Ministério da Educação sobre ser o PAR um mecanismo/instrumento para a efetivação do regime de colaboração entre os entes federados. A literatura, aqui arrolada, designa o PAR indistintamente como mecanismo de planejamento e/ou como instrumento/ferramenta de planejamento. Maroy e Voisin (2013) conceituam mecanismo como a maneira pela qual diferentes instrumentos/ferramentas de políticas públicas são articulados, com fins de orientação da conduta dos atores. O PAR articulou os seguintes instrumentos de políticas públicas em educação, sob a coordenação do MEC: o IDEB (medida da aferição de resultados); o diagnóstico local das situações-problema (multiplicidade de pontos de observação) e os programas centralmente formulados (respostas institucionais do poder político central às demandas dos poderes locais). Todo esse conjunto é atualmente coordenado pelo Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação (SIMEC). Desse modo o MEC passou a articular e coordenar relações intergovernamentais no

âmbito da educação básica, sob o discurso político do planejamento sistêmico da educação.

PALAVRAS-CHAVE: Plano de ações articuladas; Relações intergovernamentais; Políticas públicas; Regime de colaboração.

THE ARTICULATION ACTIONS PLAN (PAR) AS A PUBLIC POLICY MECHANISM IN THE LITERATURE OF EDUCATIONAL POLICY

ABSTRACT: This study is part of a research about intergovernmental relations by means of programmes bonded to the Articulation Actions Plan (PAR). Firstly, it is imperative to comprehend the debate about the concept of the PAR itself. It was considered as a mechanism of strategic planning for the purpose of enforcing the guidelines of the National Target Plan in the state and municipal sphere by Azevedo (2012), Santana (2011) e Camini (2009). However, Souza (2012), Santana (2011), Souza (2012), Grinkraut (2012), Costa (2014), Batista (2012) believe that the PAR is not only supposed to be a set of actions primary and secondary education oriented, but it is also meant to support the municipal managers in schools all over the country. The use of diverse terms of reference, such as plan, tool or mechanism, to refer to PAR in the educational politics literature does not downgrade its function in the articulation of the intergovernmental relations as well as reaffirm the statement given by the Ministry of Education that the PAR is a mechanism/tool for collaboration between members of the federation. The literature utilized in this present study comprehend the PAR as a mechanism of planning and/or an instrument/tool of planning, indistinctly. Maroy and Voisin (2013) define the term mechanism as a way whereby different instrument/tools of public politics are articulated for the sole purpose of orientating the individuals actions. The Ministry of Education, assuming the role of coordinator of the PAR, articulated some instruments for public policies in education, such as: IDEB (system for assessing results); local diagnosis of the problem situation (variety of observation points) and the programmes centrally formulated (institutional response from the central government to the local governments demands). This entire group is coordinated by the SIMEC, a government body that belongs to the Ministry of Education. Therefore, in the present day, the Ministry of Education articulates and coordinates the intergovernmental relations in primary and secondary education concealed by the justification of the systemic planning of education.

KEYWORDS: Articulation Actions Plan; Intergovernmental relations; Public Policies; Collaboration system.

INTRODUÇÃO

Como aponta a literatura, o PAR foi considerado por Azevedo (2012), Santana

(2011) e por Camini (2009) como um mecanismo de planejamento estratégico para fazer com que as diretrizes do Plano de Metas fossem cumpridas no âmbito dos governos subnacionais. Conforme Batista et al (2012, p. 76), o Plano de Ações Articuladas “constitui-se em um instrumento de planejamento educacional integrante da principal ação da política Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação”. Souza (2012, p.67) afirma ser o “PAR mais do que um simples conjunto de ações para a educação básica, tem as feições de um planejamento estratégico de apoio aos gestores municipais da educação no país”. Santana (2011) acrescenta:

O PAR é entendido como um instrumento que: viabiliza a cooperação entre os entes federados para empreender as políticas educacionais; serve como mecanismo de planejamento e formatação de políticas locais; e ao apresentar as dimensões, áreas e indicadores, a serem avaliados, destaca elementos que são considerados em um plano nacional como prioritários. (SANTANA, 2011, p.94)

O PAR foi também denominado como “instrumento de planejamento a ser utilizado bilateralmente entre a União e os governos estaduais ou municipais” (GRINKRAUT, 2012, p.82.). Costa (2014, p. 177), por sua vez, considera o “PAR como um instrumento de planejamento estratégico e bilateral, de caráter plurianual com a promessa de contribuir com o regime de colaboração”.

O uso de termos diferenciados, como plano, instrumento, mecanismo, para referir-se ao PAR na literatura brasileira de política educacional (GRINKRAUT, 2012; COSTA, 2014; BATISTA et al, 2012; SOUZA, 2012) não desconsidera sua função de articulação de relações intergovernamentais e, por diversas vezes, reitera o discurso divulgado a partir do Ministério da Educação sobre ser o PAR um mecanismo/instrumento para a efetivação do regime de colaboração entre os entes federados.

Enquanto instrumento de planejamento estratégico que põe em prática as metas e diretrizes que sustentam o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação e tem como objetivo fazer o diagnóstico das prioridades da educação e um planejamento de investimentos e intervenção nos sistemas públicos de ensino do Distrito Federal, dos estados e dos municípios, mediante a articulação de ações que vão das instalações escolares à formação de professores. (ALBUQUERQUE, 2013, p.172)

O Parecer CNE/CEB nº 8 (CNE/CEB, 2010), ao tratar dos padrões mínimos de qualidade previstos na LDBEN (inc. IX, art. 4º) (BRASIL, 1996), considerou o PAR como um instrumento de gestão do Sistema Nacional de Educação. Esse parecer refere-se, ainda, ao PAR como um instrumento de modernização da gestão escolar e atribuiu a esse mecanismo um duplo papel, contribuir para a gestão de sistemas educacionais e escolares.

Para autores como Ferreira (2014, p. 604),

O PAR pode ser caracterizado como um modelo de planejamento sistêmico, porque tem como proposta o envolvimento, de forma participativa, de todos os entes da federação brasileira e é orientado para resultados consolidados em um

A essa discussão sobre o PAR, a autora acrescenta:

O PAR pretende ser um mecanismo de estabelecimento do regime de colaboração entre os entes federativos e seu objetivo é viabilizar a autonomia institucional e a qualidade da educação brasileira(...). Como um instrumento de apoio técnico e financeiro, o PAR está articulado com o Plano de Desenvolvimento da Educação. (FERREIRA, 2014, p. 604, grifo nosso)

Farenzena (2012), Marchand (2012) e Mafassoli (2011) afirmam ser o PAR um instrumento de planejamento multidimensional, designação também utilizada pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2007b) e capaz de intervir na realidade educacional do município.

O PAR é um dos programas constitutivos do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e foi lançado como um Plano de cooperação entre municípios, Estados e União, pelo Decreto n. 6094 de 24 de abril de 2007 e tem como finalidade cumprir as metas e diretrizes estabelecidas no Compromisso Todos pela Educação, em que a qualidade da educação básica é elemento fundante. (OLIVEIRA; SCAFF; SENNA, 2012, p.134)

Parente e Souza (2013) declaram ser o PAR um instrumento de gestão, pois o plano auxilia no diagnóstico e no planejamento das ações relativas à educação municipal. Para Souza, Damasceno e França (2011) o “Plano de Ações Articuladas (PAR) é uma ferramenta de planejamento da política nacional de educação do Brasil, gerida pelo MEC e instituído pelo artigo 9º do Decreto 6.094/2007, que trata do Compromisso Todos pela Educação” (SOUZA; DAMASCENO; FRANÇA, 2011, p.19). Ainda, Ferreira e Fonseca (2013) consideram o PAR um instrumento jurídico para a consolidação de um regime de colaboração entre a União e os entes federativos. E acrescentam ser “o PAR uma ferramenta de planejamento, de operacionalização e de avaliação das políticas educacionais, criadas nos moldes de um Estado Federativo” (FERREIRA; FONSECA, 2013, p.289).

A literatura, aqui arrolada, designa o PAR indistintamente como mecanismo de planejamento e/ou como instrumento/ferramenta de planejamento. Maroy e Voisin (2013) conceituam mecanismo como a maneira pela qual diferentes instrumentos/ferramentas de políticas públicas são articulados, com fins de orientação da conduta dos atores. Ou seja, a ideia de mecanismo é uma ferramenta analítica que permite estabelecer relações de causalidade entre o que se quer explicar e os elementos explicativos. Nesse sentido, o PAR articulou os seguintes instrumentos de políticas públicas em educação, sob a coordenação do MEC: o IDEB (medida da aferição de resultados); o diagnóstico local das situações- problema (multiplicidade de pontos de observação) e os programas centralmente formulados (respostas institucionais do poder político central às demandas dos poderes locais). Todo esse conjunto é atualmente coordenado pelo Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e

Controle do Ministério da Educação (SIMEC). Desse modo, o Ministério da Educação passou a articular e coordenar relações intergovernamentais no âmbito da educação básica, sob o discurso político do planejamento sistêmico da educação. Entretanto, Duarte e Junqueira (2013) assinalam ser o PAR um importante mecanismo de efetivação do regime de colaboração, mediante a associação da regulação por desempenho e burocrático-profissional do sistema educacional brasileiro. As autoras buscam chamar a atenção dos analistas para a singularidade do sistema educacional brasileiro no qual a regulação burocrático-profissional iniciou-se em períodos ditatoriais e de forma mitigada, enquanto, na atualidade, veem-se emergir modos pós-burocráticos de regulação sistêmica.

A LITERATURA DE AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DO PAR NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

São muitos e diversos os estudos sobre o Plano de Ações Articuladas, um mecanismo articulador relativamente novo de relações intergovernamentais no âmbito da educação, cuja implantação não completou ainda um decênio. Como se mencionou anteriormente, a literatura em política educacional já analisada, Santana (2011); Farenzena (2012); Grinkraut (2012); Ferreira e Fonseca (2013); Ferreira, (2014); Duarte e Junqueira, (2013); Parente e Souza (2013) e Costa (2014), designou o PAR indistintamente como mecanismo de planejamento e/ou como instrumento/ferramenta de planejamento. Dentre esses múltiplos estudos, selecionaram-se aqueles que abordaram a formulação local e/ou a implementação PAR.

Costa (2014) expõe críticas sobre o planejamento proposto no âmbito do PAR:

Observando o relatório público de alguns municípios do Estado da Bahia constatamos que não existem critérios claros para a implementação de ações e programas que são de responsabilidade do MEC. Desta forma, se há a intenção de um planejamento bilateral entre os Municípios e o governo federal, ao menos no que se refere às ações do MEC, sua implementação, todavia, ocorre de forma unilateral já que o recebimento das ações e programas federais nos Municípios tem dependido quase que exclusivamente dos tempos e dinâmicas do governo federal. Assim, os Municípios não se sentem parte deste planejamento, que, apesar de sua importância, já chega pré-definido e sua implementação se dá no tempo do governo federal, sem levar em conta as necessidades e condições municipais. (COSTA,2014, p.177)

A atuação do MEC via PAR é exposta nos mais diferentes estudos sobre a implementação do Plano. Farenzena (2012), ao avaliar a implementação em localidades consideradas como prioritárias entre 2008 e 2010, expõe os seguintes resultados para 96 municípios brasileiros. A execução das ações aprovadas ocorreu em um ritmo aquém do previsto, especialmente nos anos iniciais. A autora

registrou que o principal obstáculo para uma execução mais célere dos programas decorreu da falta de atendimento ou do atendimento parcial pelo MEC de aspectos sob sua responsabilidade. Acrescenta, ainda, as dificuldades de ordem técnico-administrativa ou operacional no âmbito local para a implementação do previsto.

Ferreira (2014) e Ferreira e Fonseca (2013), ao apresentar os resultados da pesquisa “Gestão das políticas educacionais no Brasil e seus mecanismos de centralização e descentralização: o desafio do Plano de Ações Articuladas”, expõem 12 constatações sobre os processos de implementação:

a- A existência de formas diferenciadas de tratamento do MEC aos municípios mesmo com a implementação do PAR; b- O exercício de um controle permanente do FNDE, pela via do SIMEC, sobre a implementação do PAR; c -Uma reduzida participação dos atores locais não governamentais na elaboração do PAR; d -A ausência de uma formação prévia das pessoas envolvidas com a formulação e implementação do plano local, como também dos demais atores educacionais que participaram da implementação; e -A disseminação inicial do discurso em torno da PAR como “algo inovador” para melhoria da qualidade da educação; f -O atraso na transferência de recursos financeiros; g -A precariedade administrativa e financeira dos municípios para a implementação do PAR. h- A contratação de empresa com consultoria particular para elaboração do PAR. i -As dificuldades das equipes locais em operar o portal SIMEC. j -A pouca flexibilidade no portal SIMEC para introduzir novas ações ou subações no plano e adaptar as propostas em decorrência da implementação; l-A possibilidade das Secretarias Municipais conhecerem o conjunto de programas educacionais existentes disponibilizados pelo MEC; m-Aproximação do MEC das secretarias municipais de educação.

A pesquisa foi realizada nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do país, abrangendo 32 municípios. Os procedimentos de coleta de dados envolveram o levantamento documental, observação *in loco* com a produção de diário de campo, entrevistas mediante roteiros semiestruturados com prefeitos municipais, com gestores de educação, de planejamento e administração e com a equipe elaboradora do PAR. Essa metodologia de acordo com as pesquisadoras possibilitou identificar situações de natureza diversas decorrentes da implementação do PAR nos municípios. A esse respeito conclui as autoras:

Portanto o PAR é uma ferramenta de planejamento, de operacionalização e de avaliação das políticas educacionais criadas dentro dos moldes de um Estado federativo. O planejamento educacional é centralizado pelo MEC, que, oferecendo apoio técnico e financeiro, induz os entes federados a assumirem responsabilidades na gestão da educação. (FERREIRA; FONSECA, 2013, p. 289)

A conclusão exposta sobre o PAR e a atuação do MEC corrobora a interpretação desenvolvida neste trabalho da construção de um mecanismo articulador das relações intergovernamentais sobre a coordenação do MEC. Nesse sentido, confirma o exposto por Oliveira (2009) a respeito do protagonismo do Ministério da Educação na condução de políticas públicas em educação com abrangência sistêmica a partir de 2007.

Junqueira (2011) analisou o conteúdo do Plano de Ações Articuladas da

Prefeitura de Belo Horizonte, com o objetivo de demonstrar os mecanismos que articulam qualidade, medida por resultados, com a introdução de projetos e programas elaborados pela União, no âmbito da gestão municipal. O estudo partiu do conteúdo de 93 Planos de Desenvolvimento das Escolas (PDE-escola) da rede municipal de educação no ano de 2009 para identificar as demandas neles efetuadas. Os resultados revelaram que as escolas municipais requeriam aportes financeiros ou equipamentos, enquanto os programas priorizados no PAR municipal, ainda em construção, sinalizaram para projetos de formação docente ou profissional. Considera, também, que o mecanismo do PAR contribuiu para disseminar a regulação por desempenho (MAROY, 2008) no âmbito de cada escola.

Um estudo de caso da avaliação da implementação do PAR no município de Gravataí/RS (MAFASSIOLI, 2011) expôs vigores e fragilidades [externalidades positivas e negativas] quando da implementação do plano. Para a autora, a implementação local possibilitou articular setores da Secretaria Municipal de Educação, Conselho Municipal de Educação e sindicato dos professores municipais, que tensionaram [ou seja, demandavam] pela colocação em prática do plano local. Considera que o processo de formulação e implementação do PAR no município promoveu a aproximação da União com a realidade da educação municipal, pelo aumento significativo da assistência financeira. Por outro lado, afirma a autora que as propostas contidas no PAR não foram divulgadas nas escolas e constatou a ocorrência de limitações na execução dos programas aprovados, devido às contrapartidas requeridas ao poder público municipal.

Marchand (2012) coletou dados sobre o PAR em 13 municípios no estado do Rio Grande do Sul, mas toma como objeto de análise na tese sua implementação em um município, Cerro Largo/ RS. A autora verificou maior incidência de ações relacionadas com a regulação pedagógica (ou seja, a agenda se volta para a formação de professores, o processo avaliativo, o projeto político pedagógico, entre outros) e promotoras de regulação normativa [burocrática], mediante revisão de normas referentes ao planejamento municipal da educação, carreira, órgãos gestores, entre outros. Dessa forma, a autora conclui que o PAR institui de fato mecanismo de regulação, ou seja, regras, objetivos comuns a serem alcançados e executados para que ocorra, efetivamente, a melhoria da educação básica.

Ainda um trabalho conjunto de Mafassioli e Marchand (2012) sobre o Plano de Ações Articuladas, ao discutir a efetivação do regime de colaboração e as competências dos entes federados na implementação do PAR em quatro municípios do estado do RS (“A”, “B”, “C” e “D”), constatou que, nos quatro municípios analisados, o regime de colaboração efetivou-se de forma mais eficaz nas ações relacionadas à infraestrutura, pois essa era a dimensão que possibilitou o aporte de recursos financeiros da União para programas específicos nos municípios. De acordo com

as autoras, a competência da União referente à assistência financeira de caráter voluntário aos municípios realizou-se mediante programas pré-formatados como: Pro-infância, Caminhos da Escola, Aquisição de mobiliário, Ampliação e construção de unidades escolares para o ensino fundamental.

Na pesquisa de Souza, Damasceno e França (2011) foram analisados os diagnósticos dos municípios que compõem a região de integração do Tocantins, para a segunda dimensão do Plano de Ações Articuladas “Formação de Professores e Profissionais de Serviço e Apoio Escolar”. Os autores tinham por objetivo conhecer a respeito da formação de professores na região e para esse fim efetuaram a coleta de dados da pesquisa, no site do Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Ministério da Educação (SIMEC), módulo PAR. Os resultados apontaram que o diagnóstico efetuado nos municípios para os dez indicadores da área requeria ações de assistência do MEC e apontaram as deficiências dos municípios pesquisados em relação à formação inicial e continuada de professores e profissionais da educação.

Durli, Nardi e Schneider (2011) discutiram as políticas de formação e valorização dos professores da educação básica a partir da análise das ações e estratégias nas dimensões (1 e 2) do PAR em 18 municípios do estado de Santa Catarina. Para esse fim, fizeram um levantamento das ações previstas no PAR para as duas dimensões (Gestão Educacional e Formação dos Professores e dos Profissionais de Apoio e Serviço Escolar). Os autores informaram que os resultados revelaram a existência de aspectos consistentes e outros inconsistentes nos planos locais, devido ao caráter pouco flexível de construção do PAR, que segue procedimentos já arquitetados pelo MEC. Constataram que é no âmbito da formação continuada de professores que os municípios evidenciaram maior necessidade de intervenção, uma vez que a falta de recursos para a implementação das ações previstas coloca as possibilidades de melhoria do quadro educacional como um desafio, ainda não devidamente enfrentado, no âmbito da formação e valorização de professores da educação básica.

Albuquerque (2013) realizou uma pesquisa em três municípios no Estado do Maranhão sobre o processo de execução das ações do PAR no período de 2007 a 2011. Observou que a elaboração do PAR no âmbito dos sistemas públicos de ensino contrariou importante princípio do Plano de Metas/PDE, que prevê a participação da comunidade escolar na construção do diagnóstico de atendimento escolar e na elaboração do PAR municipal. A pesquisa apontou os seguintes resultados: a) a falta de assistência técnica do MEC no acompanhamento do PAR nos municípios; b) a deficitária formação dos gestores municipais; c) a falta de um estudo coletivo para a elaboração do PAR no município; e d) a elaboração do PAR no âmbito dos gabinetes das secretarias de educação, envolvendo poucos assessores técnicos da

secretaria. O autor revelou que o desconhecimento do PAR por parte dos gestores escolares, professores, assim como a ausência de formulação das ações de formação continuada dificultaram a participação dos docentes na elaboração das pautas e na escolha de suas prioridades.

Campos, Siqueira e Coimbra (2008) pesquisaram o período de diagnóstico para elaboração do Plano de Ações Articuladas em três municípios do Mato Grosso, ressaltando a dimensão da Formação de Professores e de Profissionais de Serviço e Apoio Escolar. Para isso, foi feita a observação do processo de elaboração do diagnóstico local (com participação da Universidade Federal de Mato Grosso e técnicos da Secretaria Estadual de Educação) e da interpretação dos dados após a elaboração do plano. A observação direta permitiu aos pesquisadores afirmar que o maior problema não se encontra na falta de habilitação dos profissionais que atuam na Educação Básica, mas sim na ausência ou precariedade de programas de formação continuada; de formação específica para trabalhar com educação inclusiva, do campo, de indígenas e quilombolas; de políticas que visem ao cumprimento da Lei n. 10.639/03; e de programas voltados à gestão escolar para os profissionais de serviço e apoio educacional.

Silva (2010) procurou demonstrar, por meio do diagnóstico do PAR em municípios, como as políticas e os programas de formação inicial e continuada de professores das redes municipais de ensino de Mato Grosso estavam se efetivando. Para tanto, levou em consideração as pontuações aferidas em cada sistema municipal de ensino, centrando as observações nas análises dos nove indicadores, das quatro (4) áreas, da dimensão “Formação de Professores e de Profissionais de Serviço e Apoio Escolar”. A partir dos dados apontados nos indicadores, a autora concluiu que as pontuações dadas pelas redes de ensino indicaram necessidade de investimentos, pois, apesar dos avanços, há necessidade na efetivação de políticas públicas de formação de professores para as redes municipais matogrossenses. E ressaltou que essas políticas devem avançar para o campo prático, isto é, a grande maioria dos sistemas municipais de ensino não tem conseguido efetivar ações e políticas que visem à melhoria da formação de seus professores, principalmente da formação continuada.

Souza, Alcântara e Vasconcelos (2014) analisaram a confiabilidade dos diagnósticos do PAR municipal, tomando por base de estudo 90 dos 92 municípios do estado do Rio de Janeiro, relativos à primeira etapa do PAR (2007-2010). O estudo toma como ponto de partida a análise da “síntese da dimensão”, que demonstra numericamente as pontuações atribuídas aos 52 indicadores que perpassam as quatro dimensões do PAR. Para análise desses dados nesta pesquisa, as pontuações 4 e 3 foram consideradas como avaliações positivas, enquanto as pontuações 1 e 2 como negativas, sendo excluídos do cômputo os indicadores não avaliados (n/a).

A partir das avaliações expressas em cada PAR, os municípios foram classificados em cinco grupos: Muito Frágil (MF), Frágil (F), Médio (M), Bom (B) e Muito Bom (MB). Os resultados apontaram pouca confiabilidade nos dados fornecidos pelos diagnósticos dos municípios pesquisados, a existência de inconsistências e incoerências vinculadas aos indicadores e critérios empregados e como a etapa diagnóstica pouco contribuiu para o conhecimento da realidade educacional dos municípios do estado. A esse respeito os autores concluíram:

A consideração dos resultados do PAR no Estado do Rio de Janeiro, portanto, exige cautela, pois podem tanto contribuir para o conhecimento e superação de algumas das debilidades da educação fluminense, quanto, no limite dessa possibilidade, induzir os Sistemas Municipais de Ensino a uma espécie de uniformização de suas políticas por meio da regulação federal, à margem das múltiplas realidades educacionais locais, em detrimento, portanto, de demandas de maior autenticidade (SOUZA; ALCÂNTARA; VASCONCELOS, 2014, p.228).

Os estudos arrolados a respeito da implementação dos PAR municipais são de natureza distinta. Comunicações e/ou textos apresentados em congressos, seminários, simpósios pouco descrevem a respeito dos indicadores utilizados para a análise da implementação local do planejado e seus achados empíricos. Esses estudos enfatizaram a análise dos procedimentos que antecedem a implementação local e já previstos na arquitetura de elaboração do PAR, quais sejam: a) a realização do diagnóstico local; b) a assistência técnica do MEC/FNDE; c) a morosidade na definição pelo MEC dos programas pactuados; d) a ênfase em programas de formação profissional docente. O maior número dos estudos pesquisados priorizava a análise da implementação em uma das dimensões do PAR e não abarcaram a sua totalidade. Excetuando o estudo coordenado por Farenzena (2012), não se encontra descrição mais pormenorizada dos procedimentos, atores e escolhas locais para a implementação do PAR.

A pesquisa pôde constatar que a literatura relacionada ao PAR foi influenciada pelo discurso disseminado a partir do Ministério da Educação sobre o instrumento/ mecanismos, o modo como este é apropriado nos municípios, entretanto recebeu pouca atenção.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Severino Vilar de. **A formação continuada de professores no PAR: o dilema de sua implantação no Maranhão.** In: FERREIRA, Elisa Bartolozzi; FONSECA, Marília (Orgs). Política e Planejamento Educacional no Brasil do Século 21. Brasília: Líber Livro, 2013.

ALBUQUERQUE, Severino Vilar de. **Formação continuada de professores no Estado do Maranhão: do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) ao Plano de Ações Articuladas (PAR).**497f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

AZEVEDO, Janete M. Lins; SANTOS, Ana Lucia Félix. **Influências do poder central no**

planejamento da educação dos municípios da Região Metropolitana do Recife. Educação e Sociedade, Campinas, v. 33, n 119, p. 551-573, abr./jun., 2012.

BATISTA, Neusa Chaves et al. **Análise da implementação do Plano de Ações Articuladas em municípios do Rio Grande do Sul. Dossiê “Estudos sobre a implementação de planos e programas para a educação básica”** – Campo Grande, UCDB, Revista Série-Estudos, n. 34, jul./dez., 2012.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **O Plano de desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas.** Brasília: MEC, 2007b.

CAMINI, Lúcia. **Gestão Educacional e a relação entre Entes Federados na política educacional do PDE/Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação.** Porto Alegre. UFRGS, 294f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

COSTA, Jean Mário Araújo. **A política de educação básica brasileira instituída pelo Plano de Desenvolvimento da Educação: relações intergovernamentais no contexto da nova gestão pública.** 217f., Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2014.

DUARTE, Marisa Ribeiro Teixeira; JUNQUEIRA, Deborah Saib. **A propagação de novos modos de regulação no sistema educacional brasileiro: o Plano de Ações Articuladas e as relações entre as escolas e a União.** Revista Pro-Posições. v. 24, n. 2, p. 165-193, maio./ago., 2013.

DURLI, Zenilde; NARDI, Elton Luiz; SCHNEIDER, Marilda Pasqual. **Políticas de formação e valorização dos professores da educação básica: (in) consistências das ações e estratégias do PAR nos municípios.** In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 34. Natal. Anais... Rio de Janeiro: ANPEd, 2011.

FARENZENA, Nalú. (org.). **Implementação de planos de ações articuladas municipais: uma avaliação em quatro estados brasileiros.** Pelotas: Ed. Gráfica Universitária UFPEL, 2012.

FERREIRA, Elisa Bartolozzi. **Federalismo e Planejamento Educacional no Exercício do PAR.** Cadernos de Pesquisa.v.44, n.153, p.602-623, jul./set., 2014.

FERREIRA, Elisa Bartolozzi; FONSECA, Marília. **O Plano de Ações Articuladas: Dados da pesquisa em Rede.** In: FERREIRA, Elisa Bartolozzi; FONSECA, Marília (orgs). Política e Planejamento Educacional no Brasil do Século 21. Brasília: Líber Livro, 2013.

GRINKRAUT, Ananda. **Conflitos na implementação da política educacional brasileira: as relações entre a União e os municípios a partir do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).** 210 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2012.

JUNQUEIRA, Deborah Saib Silva. **A implementação de novos modos de regulação no sistema educacional no Brasil: O Plano de Ações Articuladas e a relação entre escolas e União.** 164 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Programa de Pós- Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

MAFASSIOLI, Andréia da Silva. **Plano de ações articuladas: uma avaliação da implementação no município de Gravataí/RS.** Porto Alegre. UFRGS, 238f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MAFASSIOLI, Andréia da Silva; MARCHAND, Patrícia Souza. **Plano de Ações Articuladas: competências dos entes federados na sua implementação.** In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 25; CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE

POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 2. São Paulo, Anais... Recife: ANPAE, 2012.

MAROY, Christian; VOISIN, Annelise. **As transformações recentes das políticas de accountability na educação: desafios e incidências das ferramentas de ação pública.** Educação e Sociedade, v. 34, n. 124, p. 881-901, jul./sep., 2013.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências.** RBPAE. v. 25, n. 2, p. 197-209, mai./ago., 2009.

OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de; SCAFF, Elisangela Alves da Silva; SENNA, Esther. **Elaboração, implementação e acompanhamento do Plano de Ações Articuladas (PAR) em municípios de Mato Grosso do Sul.** Série - Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB, Campo Grande, n. 34, p. 133-146, jul./dez.. 2012.

PARENTE, Claudia da Mota Darós; SOUZA, Maria da Conceição Ferreira. **O Plano de Ações Articuladas (PAR) como instrumento de gestão: estudo de caso do município de Itabaiana (Sergipe).** Revista Brasileira de política e administração da educação, v. 29, n. 3, p.481-501, set./dez., 2013.

SANTANA, Luciana Teófilo. **O Plano de Ações Articuladas nos municípios paulistas prioritários: o exercício cooperativo em análise.** Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Paulista. Rio Claro, 2011.

SILVA, Lucivan Augusto da. **O Plano de Ações Articuladas – PAR: interface com a formação de professores nos municípios de Mato Grosso.** Cuiabá, 135 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso. 2010.

SOUZA, Donaldo Bello de; ALCÂNTARA, Alzira Batalha; VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. **Diagnósticos locais do Plano de Ações Articuladas: uma análise de sua confiabilidade.** Educação. Porto Alegre. v. 37, n. 2, p. 218-231, mai./ago., 2014.

SOUZA, Giselle da Silva; DAMASCENO, Raimundo Alberto de Figueiredo; FRANÇA, Thiago Leite de. **O Diagnóstico do Plano de Ações Articuladas e a Formação de Professores nos municípios do Baixo Tocantins-PA.** Cadernos da Pedagogia. São Carlos, v. 5 n. 9, p.15- 28, jan./jun., 2011.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aprendizado 7, 13, 18, 33, 34, 37, 43, 44, 68, 133, 147, 169, 170, 171, 174, 176, 177, 181, 186, 193, 216, 218, 230, 253

Arte 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 65, 90, 148, 150, 187, 193, 194, 196, 259

Avaliação em processo 131, 134, 135

B

Bilinguismo 32, 33, 34, 37, 39, 43

C

Cidadania 21, 77, 78, 79, 82, 84, 85, 88, 101, 102, 103, 106, 107, 110, 111, 112, 117, 129, 146, 182, 219, 232, 233, 234, 237, 239

Cuidar 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 65, 139, 219

Cultura de paz 195

E

Editais 143, 144, 150, 151, 152, 154, 156, 157

Educação no Brasil 91, 95, 100, 103

Educar 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 45, 63, 92, 178, 200, 231, 232, 238

Ensino Religioso 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119

Escola 29, 30, 32, 35, 36, 37, 38, 40, 41, 53, 54, 56, 60, 61, 65, 66, 67, 68, 71, 74, 85, 90, 92, 98, 99, 100, 104, 105, 107, 111, 112, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 126, 129, 130, 141, 146, 148, 157, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 171, 174, 176, 177, 180, 181, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 222, 223, 224, 225, 226, 228, 230, 231, 232, 233, 235, 237, 239, 240, 241, 243, 244, 245, 253, 259

Escolas do amanhã 59, 65, 67, 71

Estágio Supervisionado 1, 2, 6, 8

Estudo de caso 38, 53, 58, 110, 131, 136, 137, 141

F

Formação de Professores 2, 14, 20, 49, 53, 54, 55, 58, 74, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 128, 129, 130, 154, 159, 161, 162, 167, 223, 230, 250, 252, 254, 255, 257, 258, 259

Formação Docente 9, 11, 13, 20, 53, 121, 122, 123, 127, 148, 162, 167, 168, 187, 257, 258

FUNDEB 98, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110

G

Gestão democrática 100, 191

Gestão escolar 49, 55, 113, 188, 189, 190, 191, 192, 194, 196, 199

H

Herbicida 202, 205, 207, 208

I

IDEB 47, 48, 50, 59, 60, 61, 64, 67, 68, 69, 70, 71, 73

Inovação no Ensino 120, 121

Interações sociais 188, 189, 190, 191, 192, 199

Interdisciplinaridade 1, 6, 8, 124, 127, 230

L

Legislação 32, 34, 35, 36, 98, 103, 114, 115, 116, 118, 190

M

Metodologias Ativas 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 141, 182

P

Participação política 76, 83, 97

Pedagogo 91, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 152, 155, 158, 244, 258

Plano de Ações Articuladas 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58

Polícia e Escola 112

Políticas Educacionais 49, 50, 52, 58, 91, 99, 191, 199, 252, 258, 259

Políticas Públicas 33, 47, 48, 50, 52, 55, 62, 74, 86, 92, 93, 94, 95, 98, 100, 101, 102, 106, 110, 111, 113, 259

Prática docente 38, 120, 123, 221, 222, 224, 228, 254, 256

Professor 12, 13, 14, 15, 19, 20, 25, 32, 34, 35, 38, 39, 40, 42, 78, 85, 87, 91, 100, 113, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 127, 129, 130, 132, 133, 134, 138, 139, 140, 146, 159, 160, 161, 162, 163, 167, 169, 170, 171, 173, 175, 177, 178, 180, 184, 186, 187, 193, 198, 200, 217, 222, 223, 224, 228, 229, 231, 241, 243, 248, 250, 253, 254, 255, 256, 258, 259

R

Residência 221, 222, 223, 224, 229, 230

S

Saúde Ambiental 209, 210, 211, 212, 213, 215, 218, 219, 220

T

Tecnologias 11, 13, 14, 16, 18, 19, 21, 35, 78, 79, 80, 84, 85, 87, 88, 127, 128, 129, 130, 146, 148, 150, 169, 170, 171, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 187, 235, 241, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258

 **Atena**
Editora

2 0 2 0